

Pañuelos verdes: imagem, afeto e agência feminista¹

Angie BIONDI²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA

RESUMO

O objetivo desse texto é analisar a produção e circulação de fotografias jornalísticas das recentes manifestações pelo aborto legal e seguro como uma ação política que se expandiu entre os países latino-americanos, sobretudo entre os anos de 2018 e 2022. Argumentamos que o caráter estético-político da imagem tem uma particular relevância na compreensão dos protestos intitulados *pañuelos verdes*, pois joga luz sobre as operações de linguagem performativa própria ao ativismo feminista no contexto da América Latina. Para tanto, retomamos o conceito de *enactment* (Macón, 2021; 2022) deslindando que, nas imagens, afeto e agência são instâncias correlacionais.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; imagem; *pañuelos verdes*.

Em 2003, na cidade de Rosario, na Argentina, integrantes da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito se reuniram no XVIII Encontro de Mulheres para discutir ações de descriminalização do aborto e formalizar a integralização da pauta pelos direitos sexuais e reprodutivos. Como estratégia de visibilidade, o grupo, inspirado nas fraldas brancas bordadas com os nomes de familiares mortos e desaparecidos na ditadura, usados pelas mães da Plaza de Mayo, adotou os *pañuelos*, lenços verdes, como um signo visual de sua luta política.

Antes restrito às passeatas promovidas pelas integrantes da Campanha, o acessório alcançou notoriedade em 2015, quando o grupo participou da primeira marcha Ni una menos, realizada em Buenos Aires. Desde então, o lenço verde se consolidou como um elemento de identidade política não apenas para as integrantes da Campanha, mas como um símbolo de luta transnacional pelos direitos sexuais e reprodutivos, isto é, como um signo ampliado da união entre as mulheres da América Latina.

Em 2018, os lenços verdes passaram a ser usados nas manifestações feministas no Brasil, na Colômbia, entre outros países latino-americanos. Desde então, pode-se encontrar, tanto nas ruas quanto nas inúmeras fotografias de imprensa, perfis de redes sociais, documentários, entre outros veículos, mulheres e jovens portando os *pañuelos* na

¹ Trabalho apresentado ao GP 15 – Estéticas, Políticas do corpo e Interseccionalidade, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisadora. Bolsa de Pós-doutorado Sênior CNPQ/PDS, UESB, BA, e-mail: angiebiondina@gmail.com

maior parte dos protestos e manifestações realizadas. Assim como a predominante cor roxa adotada pelo feminismo ao redor do mundo, os *pañuelos* verdes das argentinas parecem encarnar, hoje, um símbolo de luta, reformulando uma imagem do crescimento exponencial dos movimentos revolucionários das mulheres latinas, em especial, chegando a receber, de alguns veículos internacionais de imprensa, a alcunha de “maré verde”¹. A trajetória de manifestações pelo direito ao aborto legal e seguro é histórica, marcando que as mulheres ainda são as principais vítimas de violência, discriminação, precarização e vulnerabilidades na região (Segato, 2012; 2016).

Nesse contexto, argumentamos que as manifestações dos *pañuelos* verdes, que hoje se espalham por outras localidades como um grande aceno coletivo de reconhecimento e cooperação às pautas feministas, não se restringem a uma estratégia de protesto ou representação apenas, mas constituem uma mudança na forma de linguagem e de sentido entendida como *enactment* (Macón, 2021; 2023). Para ela, trata-se de uma espécie de gesto político e afetivo que seria próprio à luta feminista e que procura abrir brechas na estrutura patriarcal constituindo, assim, uma nova sensibilidade na cena pública contemporânea, a partir do modo como impõe os corpos que, antes de tudo, reivindicam o aparecer coletivo (cuja expressão também é colocada pelo pensamento de Judith Butler, 2010; 2019). É nessa chave teórico-crítica que buscamos analisar a produção e a circulação de fotografias jornalísticas das recentes manifestações pelo aborto legal e seguro no Brasil, entre os anos de 2018 e 2022.

Aproximações conceituais

Como primeiro gesto analítico, buscamos, através das fotografias jornalísticas, observar que o caráter estético-político da imagem tem uma relevância particular na compreensão dos *pañuelos* verdes, pois destaca as operações de linguagem que se efetivam no bojo da ação política feminista, fundamentais para promover, pela via afetiva, rupturas nos modelos de conformação cultural e social do patriarcado ainda vigentes no contexto latino-americano. Para Macón (2022), se observarmos as estratégias de linguagem que têm operado as ações feministas do passado e do presente, em cotejo, notamos que as simulações das sufragistas de 1920 e o ativismo feminista de *hashtag* de movimentos como #QueSeaLey e #HuelgadeMujeres, em 2018, resguardam certa aproximação no modo de usar a linguagem, em especial, das imagens de ficção, para antecipar uma realidade reivindicada.

Vale destacar que,

la destrucción de la estructura del sentir patriarcal llevada a cabo por el feminismo –especialmente en esta primera ola- no solo conforma la agencia política de un modo particularmente disruptivo –y por ello, exitoso en el mediano y largo plazo-, sino que además altera el sentido de realidad a través de gestos propios de las vanguardias estéticas a través de operaciones como estas que aquí denomino ‘pre-enactments’, cercanas de algún modo al ‘fake’ del movimiento beat, donde la categoría de ‘fake’ expresó la invención de hechos falsos para crear acontecimientos verdaderos (MACÓN, 2022, p. 03).

Outra pesquisadora argentina, Dora Barrancos (2022), também atribui o intenso desenvolvimento do ativismo das sufragistas à virada de visibilidade pública alcançada a partir do uso de certas imagens circulantes nos veículos de imprensa latino-americana da época, em particular, a publicação da revista feminista popular Nuestra Causa, dirigida pela ativista Julia García Gomes. A fotografia do primeiro voto feminino, por exemplo, protagonizado pela médica socialista Julieta Lanteri, em julho de 1911, ocupou repetidas páginas da imprensa local e, entre outros fatores, impulsionou a afirmação da figura feminina no espaço público e nas decisões políticas advindas posteriormente.

Entretanto, na época, a imprensa procurava formas de descredibilizar as ações das mulheres. Às simulações de votações femininas eram atribuídas expressões pejorativas e adjetivos que buscavam desqualificá-las reafirmando, assim, a configuração patriarcal hegemônica garantida na memória cultural sobre a cidadania, os sujeitos cidadãos e sua hegemonia no espaço público.

O jornal El Diario, de 08 de março de 1920, chegou a rotular o voto feminino como mentira, logro, fraude e “inocente diversão eleitoral” (Macón, 2022, p.5). Havia veículos que apoiavam a reivindicação, porém, dentro do recorte de classe. A revista Caras y Caretas, segundo as pesquisas de Macón (2022), publicou que era devido o direito de voto apenas às mulheres educadas deixando à margem uma extensa maioria da população feminina empobrecida.

Entendemos que esses breves exemplos históricos são importantes para destacar não apenas o quanto o uso da comunicação e da mídia tiveram um papel marcante, ainda que por vezes conflituoso ou antagônico, no que se refere à luta pelos direitos das mulheres naquele período, mas sobretudo para chamar a atenção sobre os usos performativos que as ativistas propuseram às imagens de modo a direcionar, intencionalmente, a visibilidade pública a seu favor, invertendo a noção dos códigos

patriarcais e negociando com a linguagem visual para fortalecer sua luta política (Calderón, 2020; Zerwes, 2014).

Nesse exame, o que propomos, como primeira fase de estudo, é fazer uma aproximação ao conceito de *enactment*, muito discutido pelas correntes teóricas do feminismo contemporâneo visando, em particular, uma discussão atualizada sobre as ações políticas feministas realizadas no contexto latino-americano. Argumentamos que delimitar essa perspectiva passa pela compreensão de que há uma conjugação de natureza intensamente performativa muito explorada pelos movimentos feministas na América Latina.

Esse tipo de intervenção no âmbito público é uma operação de linguagem narrativa, performativa que, segundo os estudos do amplo material dos arquivos nacionais feito por Macón (2021), ressaltam dois aspectos fundamentais na consolidação de um *enactment*:

a) a circulação de imagens das simulações sufragistas fomentou a inversão dos códigos morais e estéticos da época;

b) o direcionamento discursivo dos acontecimentos polêmicos em torno das simulações promoveu maior visibilidade aos protestos das mulheres por seus direitos civis, o que garantiu ainda mais espaço na imprensa do período, colocando-se, finalmente, como uma pauta social.

Atualmente, observamos que Judith Butler (2018) também problematizou a associação entre as políticas de gênero e o direito de aparecer, na ação política, uma vez que, em seus escritos, ela preconizou que a presença coletiva dos corpos (entendida e vista como um conjunto vivo de relações, não apenas como agrupamento de pessoas nos espaços públicos), é uma ação performativa imprescindível à redefinição material das subjetividades, imaginários e afetos políticos, pois “formas corporificadas de ação e mobilidade que significam além do que quer que seja dito” (Butler, 2018, p.14).

As pesquisadoras Verónica Gago (2020) e Karina Bidaseca (2011), indicam que o feminismo contemporâneo reinventou a performance como gesto artístico e político que põe em jogo a lógica da representação e os modos estabelecidos do debate público sobre os direitos sexuais e reprodutivos, incluídos aí, os protestos específicos e constantes contra a violência sexual, pelo aborto legal e seguro, contra a violência obstétrica, pela autodeterminação de orientação e prática sexual, entre outros problemas ligados à discriminação de gênero premente no país. A particularidade dos ativismos feministas na

América Latina, segundo Gago (2020, p.279), está na combinação da massividade e da radicalidade.

A partir desse contexto, interrogamos como o campo de aparecimento comum é mobilizado pelos corpos das mulheres em associação política, compondo uma espécie de quadro imagético cultural sobre o ativismo feminista que se atualiza na nossa sociedade. Para Gerda Lerner (2019), imagens também são elementos componentes de um sistema de gênero em nossa sociedade e que, ao longo do tempo, têm seus valores e normas atualizados. “Imagens, metáforas e mitos manifestam-se de maneira prefigurada pela experiência passada. Em épocas de mudança, as pessoas reinterpretem esses símbolos de novos jeitos, originando-se, assim, novas combinações e compreensões” (Lerner, 2019, p.35).

Desse modo, observamos que as fotografias não apenas retratam o teor da luta por direitos, mas encarnam as materialidades potencialmente sensíveis que dizem sobre a efetividade das imagens usadas como codificações das demandas e lutas sociais entendendo como comparecem articuladas às operações de linguagem. Como primeiro recorte empírico, apresentamos, nesse estudo, exemplares da galeria de fotos da reportagem “Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países”, do jornal Folha de São Paulo, publicada em 02 de outubro de 2021.

De imagens e afetos, os *pañuelos*

Como aspecto inicial, observamos que as imagens que compõem a matéria jornalística não estão enfatizando um conteúdo apenas para provarem que esses eventos ocorreram, nem para os ilustrarem, mas para marcar a especificidade política desses encontros de corpos. Daí o destaque na exibição de todas juntas, bem-vindas, unidas em um arranjo relacional potente que efetiva o protesto e o direito ao aparecer comum rompendo com os espaços institucionais que costumam restringir e normalizar não apenas o controle de seus corpos, de sua circulação e de seu comportamento, mas também a imagem de seu coletivo.

É importante lembrar que espaços institucionais são sempre espaços de aparição que funcionam como articuladores das visibilidades de gênero.

Figura 1- Print de tela do Jornal Folha de São Paulo



Fonte: Disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1712534297558331-mulheres-protestam-pelo-direito-ao-aborto-em-varios-paises> Acesso em 06 julho 2024.

Figura 2- Print de tela do Jornal Folha de São Paulo



Fonte: Disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1712534297558331-mulheres-protestam-pelo-direito-ao-aborto-em-varios-paises> Acesso em 06 julho 2024.

Assim, entendemos que as fotografias desses protestos são imagens que se propõem a convocar o estar junto, sugerindo que um há fluxo de afetos plural e compartilhado que perpassa as ações feministas independente de cada história individual. Conforme destaca Calderón (2022, p.85), as imagens hoje precisam ser pensadas como acontecimentos dentro de um campo visual cultural mais amplo.

Atualmente, as imagens de ações feministas não têm como objetivo principal a constituição de um registro documental, mas compreendem uma parte importante da própria estratégia ativista de reivindicação e protesto que assume o campo visual como um elemento constituinte do debate público sobretudo a partir da popularização das tecnologias móveis conectadas e o intenso uso das redes sociais digitais.

Nesse sentido, a produção e a circulação dessas imagens não se restringem à composição de arquivos históricos ou registro de materiais documentais, mas são recursos mobilizadores das próprias ações feministas operando uma potencialidade sensível e discursiva como uma dimensão própria da experiência política contemporânea (Calderón, 2020; Noronha, 2019).

Figura 3 – Print de tela do Jornal Folha de São Paulo



Fonte: Disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1712534297558331-mulheres-protestam-pelo-direito-ao-aborto-em-varios-paises> Acesso em 06 julho 2024.

Segundo Judith Butler (2018, p.31), a intensidade desses corpos que hoje são vistos em aliança e evocados nas imagens de protestos operaria a negociação com outro tipo de direito; o de aparecer. Como um exercício performativo, diz Butler, o direito a aparecer emerge da expressão de uma demanda corporal conjunta, ainda que seja sob formas improvisadas ou não institucionais de uma coletividade. Para ela, esse direito é colocado porque presume o reconhecimento de uma condição precária induzida, normalizada e, principalmente, compartilhada pelos sujeitos.

As mulheres que se juntam em protestos acenando os *pañuelos* verdes pelo aborto legal e seguro reconhecem que seus corpos estão submetidos diariamente à violência e opressão estruturais, a uma condenação que pode resultar, efetivamente, em suas mortes. Mesmo para Butler (2018), esse aspecto é uma marca cultural da prática política de certos grupos contemporâneos que centralizam, nas imagens, suas formas de aparição pública. “Então, vamos assumir que a performatividade descreve tanto o processo de ser objeto de uma ação quanto as condições e possibilidades para a ação, e que não podemos entender sua operação sem essas duas dimensões” (BUTLER, 2018, p. 70).

É interessante observar como ela inverte o sentido da relação entre o aparecer e o expor para, pelo seu avesso, argumentar que a complementaridade entre esses aspectos é assumida negativamente por um ardil do poder hegemônico que impõe as normas culturais em uma sociedade patriarcal e heteronormativa que tenta, a todo custo, capturar seus signos. Na prática, somente quem se julga exposto às condições de desigualdade, precariedade, discriminação e violência é que reivindica seu aparecimento.

Se aceitamos que existem normas que condicionam quem é reconhecível no espaço público, podemos questionar como os irreconhecíveis podem se constituir como um grupo desenvolvendo formas de se tornar visíveis para outros de modo que esse aparecimento comum possa se tornar a base para a resistência em uma ação política (BUTLER, 2018, p.45).

Seguindo o pensamento da autora, entendemos que em nossa sociedade latina, ocidentalizada, o campo de aparecimento é regulado por normas de reconhecimento que são hierárquicas e excludentes, de modo que a imagem compõe um elemento de linguagem performativa que está ligado às formas diferenciais pelas quais sujeitos passam a se tornar reconhecíveis no espaço público. Desse modo, aos grupos oprimidos resta a

produção de um tipo de enunciado performativo, uma ação de fala, propriamente política, para que possam aparecer publicamente.

“Não é apenas uma questão de precisarmos viver para podermos agir, mas de termos que agir, e agir politicamente, a fim de garantir as condições de existência” (BUTLER, 2018, p. 65). No âmbito das imagens que pretendem condensar palavra e ação feminista, entendemos que, conceitualmente, falar e agir constituem operações de linguagem cujo caráter performativo se realiza em interface. A ambos é necessário apresentar formas linguística e discursiva assim como formas material e corpórea, afetiva e estética.

Considerações finais

Segundo Maria Lugones (2014), o exercício de revisar os modelos hegemônicos que impuseram categorias como universais perpassa não apenas uma revisão teórica e conceitual das mais urgentes, mas procura fazer jus a um modo de pensamento que já demarcava a distinção às maneiras de compreender e dar visibilidade aos aspectos constituidores de assujeitamentos. Portanto, não se trata de restringir a reflexão à relação comum da imagem como representação, cujo exercício de análise seria restrito à identificação das correlações icônicas e discursivas ou à exposição dos discursos de poder subjacentes, mas demanda uma tarefa mais ampliada, extensiva, de propor reformulações performáticas, propriamente estéticas e enunciativas às imagens.

É importante destacar que uma perspectiva crítica sobre as visualidades hoje não elege a representação como alvo único do pensamento sobre as imagens, mas incide sobre a revisão de certas práticas midiáticas, sobretudo, aquelas que se referem ao âmbito da produção e circulação de imagens como conhecidos espaços produtores de enquadramentos e sentidos que conduzem à visibilidade de certos grupos em detrimento de outros. Nas imagens de imprensa, atualmente, as maneiras de representar sujeitos e sujeitas sem considerar os marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade, em interseccionalidade, têm sido questionadas como sínteses visuais redutoras de complexos processos engendrados por formas subjacentes do capitalismo – entendido aqui tanto como um modo de produção, quanto uma lógica relacional moderna que ainda reverbera modelos de opressão e marcadores culturais estigmatizantes.

Portanto, é possível afirmar que grande parte da produção de imagens constituiu de um dispositivo de colonialidade de poder e saber que propôs um padrão de dominação

a partir do qual se estendem as diversas formas de hierarquia ainda vigentes. Por isso, torna-se importante compreender a dimensão política, social e cultural engendrada ao campo das imagens principalmente quando o elemento central é o corpo latino-americano. Pensamos que esse exercício preliminar com as fotografias jornalísticas que estampam os *pañuelos* verdes é apenas um primeiro passo para adensar a reflexão proposta.

REFERÊNCIAS

BARRANCOS, D. **História dos feminismos na América Latina**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2022.

BIDASECA, Karina. Experiencias del feminismo contra-hegemónico en América Latina. *Lutas Sociais*, PUC SP, n.27, 2011. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18743/pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDERÓN, Andrea Soto. **La performatividad de las imágenes**. Madrid: Ediciones Metales Pesados, 2020.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.22, n.3, p.935-952, 2014.

MACÓN, Cecilia. **Desafiar el sentir: feminismos, historia y rebelión**. Buenos Aires: Omnívora, 2021.

_____. Desafiar el sentir tiene que ver con advertir que el orden afectivo es político y se puede derrubar. *Revista Aruda*, 2022. Disponível em <https://revistaruda.com/2022/03/08/cecilia-macon-desafiar-el-sentir-advertir-orden-afectivo-es-politico-y-se-puede-derrumbar/> Acesso em junho 2023.

NORONHA, D. P. A importância social da imagem: reflexões sobre diferença, representação e poder em diálogo com um pensamento decolonial. *Revista Iluminuras*, Porto Alegre, v. 20, n.50, p. 255-278, 2019.

RADL-PHILIPP, R. M.; CRUZ, Z. V. El acto de parir en Brasil: ¿quién protagoniza la escena? In: Marcela Jabba Churba; Juan Antonio Rodríguez-del-Pino; Nina Navajas-Pertegás. (Org.). **Miradas de género: una sociología sin barreras, cerradas ni cerrojos**. 1ed.Barcelona: Icaria Editorial, 2019, p. 35-46.

SEGATO, R. La norma y el sexo: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDASECA, Karina (Org.) **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, IDAES, 2016. p.31-64

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: **E-Cadernos CES**, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n.18, p.106-131, 2012.

ZERWES, E. A fotografia entre cultura visual e cultura política: a participação da imprensa ilustrada francesa de esquerda na construção de uma história pública na década de 1930. **Estudos Históricos**. Rio De Janeiro, v. 27, p. 317, 2014.